

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA --

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1A1-I

Machado de Assis viria a sofrer, no governo do presidente Prudente de Moraes, o que considerou uma grave injustiça. Julgando-lhe ser agradável e querendo deixar-lhe mais tempo livre para seus trabalhos literários, o novo ministro, Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda — pai do grande tribuno parlamentar Maurício de Lacerda e avô de Carlos Lacerda — resolveu substituir Machado de Assis na Diretoria de Viação, que então ocupava, deixando-o como simples adido à Secretaria de Estado, percebendo os vencimentos que lhe competissem. Machado ficou muito magoado, achando que o ministro o julgara um inútil. Queixou-se muito, em cartas aos amigos, não se conformando em ficar de braços cruzados, ganhando o dinheiro da nação sem trabalhar. Foi durante esse período que escreveu uma de suas obras-primas, **Dom Casmurro**; sempre demonstrara, em seus romances, contos e crônicas, profunda aversão aos parasitas. E era sincero. Não queria ser um deles. E não sossegou enquanto não voltou à atividade, embora diminuído funcionalmente: de diretor de um departamento, passou a ser simples secretário do ministro Severino Vieira. Quando este se demitiu, no governo de Campos Sales, para candidatar-se ao governo da Bahia, o ministro da justiça, Epiácio Pessoa, nomeado para substituir interinamente Severino Vieira, não se deu bem com Machado de Assis. Jovem, irrequieto, Epiácio estava então veraneando em Petrópolis. Pela manhã, atendia ao expediente da pasta da justiça. À tarde, ia para o outro ministério, onde Machado de Assis lhe fazia minuciosas exposições sobre cada assunto, apresentando-lhe em seguida as minutas dos despachos. Epiácio queria sempre abreviar as exposições, a fim de não perder a barca que saía da Prainha para Mauá, no fundo da baía, de onde, nos fins do século XIX, partia o trem para Petrópolis. Algumas vezes perdeu a barca, só tomando a segunda e chegando à casa já em plena noite. Por isso, um dia disse a respeito de Machado: “Grande escritor, mas péssimo secretário!”. Talvez Machado, sem o dizer, pensasse a mesma coisa de Epiácio: “Moço inteligente, mas muito afobado para ser um bom ministro!”.

Machado passou vários anos constrangido e humilhado até encontrar, em Lauro Müller — o grande ministro da viação que iniciou as obras do Porto do Rio de Janeiro e fez construir a Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco — quem lhe fizesse justiça. Lauro Müller fez Machado voltar a ser diretor.

Raymundo Magalhães Jr. Machado de Assis funcionário público.

Tr: Revista do Serviço Público, Brasília, 56(2), abr. – jun./2005, p. 237-248 (com adaptações).

Questão 1

De acordo com a perspectiva do autor do texto 1A1-I, Machado de Assis, na qualidade de funcionário público, era

- A criativo.
- B irrequieto.
- C resiliente.
- D dedicado.
- E mal remunerado.

Questão 2

Com base na abordagem da trajetória de Machado de Assis como funcionário público apresentada no texto 1A1-I, conclui-se que

- A a conduta dos burocratas da época revelava seu desprezo pela carreira literária de Machado de Assis.
- B Machado de Assis foi destituído do cargo de diretor de viação para que um familiar do ministro Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda o ocupasse.
- C a obra **Dom Casmurro** foi escrita para retratar, literariamente, as desventuras de Machado de Assis como funcionário público.
- D Machado de Assis ocupou cargos públicos importantes devido à sua competência, e não à sua fama como escritor.
- E as chefias às quais Machado de Assis se subordinou consideravam-no inapto para as tarefas do serviço público.

Questão 3

No texto 1A1-I, predomina o tipo textual

- A descritivo, mas há também trechos narrativos.
- B dissertativo, mas há também trechos descritivos.
- C argumentativo, mas há também trechos descritivos.
- D expositivo, mas há também trechos argumentativos.
- E narrativo, mas há também trechos expositivos.

Questão 4

A respeito do emprego da vírgula no primeiro período do texto 1A1-I, assinale a opção correta.

- A A vírgula após “sofrer” é dispensável, visto que o termo adverbial “no governo (...) Moraes” está posicionado ao final da oração principal.
- B O trecho “no governo (...) Moraes” está isolado entre vírgulas por consistir em um termo com função adverbial intercalado no período.
- C A inserção de uma vírgula após “presidente” implicaria ênfase ao nome “Prudente de Moraes”, sem modificar as relações sintáticas do período.
- D O emprego da vírgula após “Moraes” tem a finalidade de demarcar o início de uma oração explicativa.
- E As vírgulas sinalizam uma sequência enumerativa de termos no período em questão.

Questão 5

A forma pronominal “lhe”, em “Julgando-lhe ser agradável” (segundo período do primeiro parágrafo do texto 1A1-I), exerce a função de

- A complemento indireto da forma verbal “Julgando”, referindo-se ao ministro Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.
- B complemento indireto da forma verbal “Julgando”, referindo-se ao presidente Prudente de Moraes.
- C complemento nominal de “agradável”, referindo-se a Machado de Assis.
- D complemento nominal de “agradável”, referindo-se ao ministro Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda.
- E complemento indireto da forma verbal “Julgando”, referindo-se a Machado de Assis.

Questão 6

Infere-se do texto 1A1-I que, na percepção do ministro da justiça Eptácio Pessoa, Machado de Assis era um ‘péssimo secretário’ porque

- A) priorizava seu ofício de escritor.
- B) chegava atrasado ao trabalho frequentemente.
- C) tinha provocado a demissão do ministro Severino Vieira.
- D) delongava-se em suas explanações sobre o trabalho.
- E) recebia dinheiro público sem prestar serviço ao Estado.

Texto 1A1-II

Como é possível que hoje, amanhã ou depois tornem a falar em crise ministerial, venho sugerir aos meus amigos um pequeno obséquio. Refiro-me à inclusão de meu nome nas listas de ministérios, que é de costume publicar anonimamente, com endereço ao imperador.

Há de parecer esquisito que eu, até aqui pacato, solicite uma fineza destas que trescala a pura ambição. Explico-me com duas palavras e deixo de lado outras duas que também podiam ter muito valor, mas que não são a causa do meu pedido. (...)

A primeira coisa é toda subjetiva; é para ter o gosto de reter o meu nome impresso, entre outros seis, para ministro de Estado. Ministro de quê? De qualquer coisa: contanto que o meu nome figure, importa pouco a designação. Ainda que fosse de verdade, eu não faria questão de pastas, quanto mais não sendo. Quero só o gosto; é só para ler de manhã, sete ou oito vezes, e andar com a folha no bolso, tirá-la de quando em quando, e ler para mim. E saborear comigo o prazer de ver o meu nome designado para governar.

Agora a segunda coisa, que é menos recôndita. Tenho alguns parentes, vizinhos e amigos, uns na corte e outros no interior, e desejava que eles lessem o meu nome nas listas ministeriais, pela importância que isto me daria. Cria o leitor que só a presença do nome na lista me faria muito bem. Faz-se sempre bom juízo de um homem lembrado, em papéis públicos, para ocupar um lugar nos conselhos da coroa, e a influência da gente cresce. Eu, por exemplo, que nunca alcancei dar certa expressão ao meu estilo, pode ser que a tivesse daí em diante; expressão no estilo e olhos azuis na casa. Tudo isso por uma lista anônima, assinada — Um brasileiro ou A Pátria.

(...)

Eia. Venha de lá esse obséquio! Que diabo, custa pouco e rende muito! Porque a gratidão de um coração honesto é moeda preciosíssima. Mas pode render ainda mais. Sim, suponhamos, não digo que aconteça assim mesmo; mas suponhamos que o imperador, ao ler o meu nome, diga consigo que bem podia experimentar os meus talentos políticos e administrativos e inclua o meu nome no novo gabinete. Pelo amor de Deus, não me atribuam a afirmação de um tal caso; digo só que pode acontecer. E pergunto, dado que assim seja, se não é melhor ter no ministério um amigo, antes do que um inimigo ou um indiferente?

Não cobiço tanto, contento-me com ser lembrado. Terei sido ministro relativamente.

Questão 7

No início do quarto parágrafo do texto 1A1-II, o vocábulo “recôndita” tem o mesmo sentido de

- A) vergonhosa.
- B) importante.
- C) íntima.
- D) arrojada.
- E) presunçosa.

Questão 8

Assinale a opção correta acerca do emprego do vocábulo “que” no segundo parágrafo do texto 1A1-II.

- A) Nas suas três últimas ocorrências no parágrafo, esse vocábulo poderia ser substituído por **as quais**, sem prejuízo da correção gramatical do texto.
- B) Nas suas duas últimas ocorrências no parágrafo, esse vocábulo retoma o mesmo termo.
- C) Na sua primeira ocorrência no parágrafo, esse vocábulo introduz uma oração adjetiva com sentido explicativo.
- D) Na sua última ocorrência no parágrafo, esse vocábulo introduz uma oração adverbial com sentido de oposição.
- E) Em todas as suas ocorrências no parágrafo, esse vocábulo exerce a mesma função sintática.

Questão 9

É correto concluir do texto 1A1-II que o cronista

- A) gostaria de ser reconhecido como porta-voz da oposição ao governo.
- B) implora para ser nomeado no cargo de ministro.
- C) está em campanha política por causa de uma crise ministerial iminente.
- D) está apenas sedento de fama.
- E) está ironizando a sede de fama e as crises ministeriais.

Questão 10

No terceiro parágrafo do texto 1A1-II, a oração introduzida pela expressão “contanto que” veicula ideia de

- A) condição em relação à oração imediatamente subsequente.
- B) consequência em relação ao segmento finalizado com dois-pontos.
- C) concessão em relação à oração imediatamente subsequente.
- D) causa em relação à oração imediatamente subsequente.
- E) conclusão em relação ao segmento finalizado pelos dois-pontos.

Espaço livre

LÍNGUA INGLESA

Text 1A2-I

Languages are more to us than systems of thought-transference. They are invisible garments that drape themselves about our spirit and give a predetermined form to all its symbolic expression. When the expression is of unusual significance, we call it literature. Art is so personal an expression that we do not like to feel that it is bound to predetermined form of any sort. The possibilities of individual expression are infinite, language in particular is the most fluid of mediums. Yet some limitation there must be to this freedom, some resistance of the medium.

In great art there is the illusion of absolute freedom. The formal restraints imposed by the material are not perceived; it is as though there were a limitless margin of elbow room between the artist's fullest utilization of form and the most that the material is innately capable of. The artist has intuitively surrendered to the inescapable tyranny of the material, made its brute nature fuse easily with his conception. The material "disappears" precisely because there is nothing in the artist's conception to indicate that any other material exists. For the time being, he, and we with him, move in the artistic medium as a fish moves in the water, oblivious of the existence of an alien atmosphere. No sooner, however, does the artist transgress the law of his medium than we realize with a start that there is a medium to obey.

Language is the medium of literature as marble or bronze or clay are the materials of the sculptor. Since every language has its distinctive peculiarities, the innate formal limitations—and possibilities—of one literature are never quite the same as those of another. The literature fashioned out of the form and substance of a language has the color and the texture of its matrix. The literary artist may never be conscious of just how he is hindered or helped or otherwise guided by the matrix, but when it is a question of translating his work into another language, the nature of the original matrix manifests itself at once. All his effects have been calculated, or intuitively felt, with reference to the formal "genius" of his own language; they cannot be carried over without loss or modification. Croce is therefore perfectly right in saying that a work of literary art can never be translated. Nevertheless, literature does get itself translated, sometimes with astonishing adequacy.

Edward Sapir. *Language: an introduction to the study of speech*. 1921 (adapted).

Questão 11

According to the ideas of text 1A2-I, choose the correct option.

- A Great artists make their audience feel comfortable.
- B Artists are limited by social rules and cannot disobey them.
- C Great artists can change language and expand its possibilities.
- D There is a conflict between artistic creation and the need to survive.
- E Literature is limited to the possibilities that its language contains.

Questão 12

For the author of text 1A2-I,

- A the literature that transgresses the rules of language is based on its own matrix.
- B the limitations of language are not evident in artistic creation.
- C great literature equates to marble as much as minor literature equates to clay.
- D social rules and limitations to language vary from society to society.
- E the literary artist is the person who should translate his own work.

Questão 13

Choose the option in which the fragment "No sooner, however, does the artist transgress the law of his medium than we realize" (last sentence of the second paragraph of text 1A2-I) is correctly rewritten, without changing its meaning or harming its correctness.

- A Scarcely, however, does the artist transgress the law of his medium than we realize
- B Barely, however, does the artist transgress the law of his medium and we realize
- C However, barely does the artist transgress the law of his medium than we realize
- D However, hardly does the artist transgress the law of his medium when we realize
- E However, scarcely does the artist transgress the law of his medium and we realize

Questão 14

The word "oblivious", in the fragment "oblivious of the existence of an alien atmosphere" (fifth sentence of the second paragraph) is being used, in text 1A2-I, with the same meaning as

- A boded.
- B spiteful.
- C surrounded.
- D unaware.
- E threatened.

Espaço livre

Text 1A2-II

I have often thought how interesting a magazine paper might be written by any author who would—that is to say, who could—detail, step by step, the processes by which any one of his compositions attained its ultimate point of completion. Why such a paper has never been given to the world, I am much at a loss to say—but, perhaps, the authorial vanity has had more to do with the omission than any one other cause. Most writers—poets in especial—prefer having it understood that they compose by a species of fine frenzy—an ecstatic intuition—and would positively shudder at letting the public take a peep behind the scenes, at the elaborate and vacillating crudities of thought—at the true purposes seized only at the last moment—at the innumerable glimpses of idea that arrived not at the maturity of full view—at the fully-matured fancies discarded in despair as unmanageable—at the cautious selections and rejections—at the painful erasures and interpolations—in a word, at the wheels and pinions—the tackle for scene-shifting—the step-ladders, and demon-traps—the cock’s feathers, the red paint and the black patches, which, in ninety-nine cases out of a hundred, constitute the properties of the literary histrio.

I am aware, on the other hand, that the case is by no means common, in which an author is at all in condition to retrace the steps by which his conclusions have been attained. In general, suggestions, having arisen pell-mell are pursued and forgotten in a similar manner.

For my own part, I have neither sympathy with the repugnance alluded to, nor, at any time, the least difficulty in recalling to mind the progressive steps of any of my compositions, and, since the interest of an analysis or reconstruction, such as I have considered a desideratum, is quite independent of any real or fancied interest in the thing analysed, it will not be regarded as a breach of decorum on my part to show the *modus operandi* by which some one of my own works was put together. I select **The Raven** as most generally known. It is my design to render it manifest that no one point in its composition is referable either to accident or intuition—that the work proceeded step by step, to its completion, with the precision and rigid consequence of a mathematical problem.

Edgar Allan Poe. *The Philosophy of Composition*, 1846 (adapted).

Questão 15

According to Edgar Allan Poe’s point of view, portrayed in text 1A2-II, behind the scenes of writing,

- Ⓐ well-developed ideas may be impossible for the author to manage.
- Ⓑ the author has to be wise to choose the appropriate tools for his creative process.
- Ⓒ crude thoughts are written and then improved despite the author’s hesitation.
- Ⓓ it is difficult for the author to choose from the numerous ideas that mature.
- Ⓔ last-minute ideas usually have to be improved for the author to keep them.

Questão 16

It can be inferred from the ideas of text 1A2-II that

- Ⓐ publications that describe authors’ creative processes step by step are not accurate.
- Ⓑ the creative process often implies going back and forth in one’s writing.
- Ⓒ intuition is considered an essential element in Poe’s creative process.
- Ⓓ being dramatic and emotional is the major characteristic of most literary works.
- Ⓔ authors do not reveal their creative process because they are not aware of it.

Questão 17

In text 1A2-II, Poe affirms that

- Ⓐ when writing **The Raven**, he had to resort to the exact sciences.
- Ⓑ suggestions about writing are rejected because they make authors feel confused.
- Ⓒ interest in his creative process does not imply interest in his literary works.
- Ⓓ he decided to describe his own creative process after requests of his readers.
- Ⓔ it is common for authors to be able to describe their creative processes.

Questão 18

In the third sentence of text 1A2-II, the fragment “shudder at” can be correctly replaced by

- Ⓐ fear.
- Ⓑ react on.
- Ⓒ ignore.
- Ⓓ avoid to.
- Ⓔ object.

Text 1A2-III

In January 1948, before three pistol shots put an end to his life, Gandhi had been on the political stage for more than fifty years. He had inspired two generations of Indian patriots, shaken an empire and sparked off a revolution which was to change the face of Africa and Asia. To millions of his own people, he was the Mahatma — the great soul — whose sacred glimpse was a reward in itself.

By the end of 1947 he had lived down much of the suspicion, ridicule and opposition which he had to face, when he first raised the banner of revolt against racial exclusiveness and imperial domination. His ideas, once dismissed as quaint and utopian, had begun to strike answering chords in some of the finest minds in the world. “Generations to come, it may be,” Einstein had said of Gandhi in July 1944, “will scarcely believe that such a one as this ever in flesh and blood walked upon earth.”

Though his life had been a continual unfolding of an endless drama, Gandhi himself seemed the least dramatic of men. It would be difficult to imagine a man with fewer trappings of political eminence or with less of the popular image of a heroic figure. With his loin cloth, steel-rimmed glasses, rough sandals, a toothless smile and a voice which rarely rose above a whisper, he had a disarming humility. He was, if one were to use the famous words of the Buddha, a man who had “by rousing himself, by earnestness, by restraint and control, made for himself an island which no flood could overwhelm.”

Gandhi’s deepest strivings were spiritual, but he did not — as had been the custom in his country — retire to a cave in the Himalayas to seek his salvation. He carried his cave within him. He did not know, he said, any religion apart from human activity; the spiritual law did not work in a vacuum, but expressed itself through the ordinary activities of life.

This aspiration to relate the spirit of religion to the problems of everyday life runs like a thread through Gandhi’s career: his uneventful childhood, the slow unfolding and the near-failure of his youth, the reluctant plunge into the politics of Natal, the long unequal struggle in South Africa, and the vicissitudes of the Indian struggle for freedom, which under his leadership was to culminate in a triumph not untinged with tragedy.

B. R. Nanda. *Gandhi: a pictorial biography*, 1972 (adapted).

Questão 19

The expression “lived down” (first sentence of the second paragraph of text 1A2-III) means

- A ended.
- B protested.
- C revenged.
- D reversed.
- E resisted.

Questão 20

The word “quaint” (second sentence of the second paragraph), in its use in text 1A2-III, means

- A stupid.
- B simple.
- C impractical.
- D strange.
- E visionary.

LICITAÇÕES E CONTRATOS**Questão 21**

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), as condições de execução do objeto do contrato e do pagamento deverão ser definidas

- A na fase de apresentação de propostas.
- B após a fase de homologação e antes da assinatura do contrato.
- C na fase de divulgação do edital de licitação.
- D na fase preparatória do processo licitatório.
- E após a fase de apresentação das propostas e antes da fase de homologação.

Questão 22

Conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos, é dispensável a licitação

- A quando inviável a competição.
- B nos casos de intervenção federal.
- C para aquisição de equipamentos de fornecedor exclusivo.
- D para contratação de serviços intelectuais.
- E para contratação de profissional do setor artístico.

Questão 23

Consoante a Nova Lei de Licitações e Contratos, na aplicação do princípio do parcelamento do objeto nas licitações, é obrigatório considerar

- I a responsabilidade técnica.
- II o custo, para a administração pública, de vários contratos frente às vantagens da redução de custos com a divisão do objeto em itens.
- III o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
- IV a viabilidade técnica e a vantagem econômica de tal parcelamento.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 24

Nos termos da Nova Lei de Licitações e Contratos, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato administrativo caracteriza

- A retardamento da execução do objeto contratado.
- B descumprimento total da obrigação assumida.
- C inexecução parcial da obrigação, causando grave dano ao funcionamento dos serviços públicos.
- D inexecução parcial da obrigação, causando grave dano à administração pública.
- E descumprimento parcial da obrigação assumida, com sujeição do adjudicatário às penalidades legais.

Questão 25

A Nova Lei de Licitações e Contratos permite a revogação da licitação

- A desde que existentes vícios insanáveis.
- B por motivo de conveniência e oportunidade.
- C apenas após a fase de homologação, desde que comprovado fato superveniente.
- D independentemente de prévia manifestação dos interessados.
- E somente se houver motivação técnica.

Questão 26

Inovação da Lei n.º 14.133/2021, o diálogo competitivo é aplicável à contratação de

- A obras, serviços e compras.
- B serviços de tecnologia da informação e comunicação, apenas.
- C obras, apenas.
- D obras e serviços, apenas.
- E serviços com mão de obra exclusiva, apenas.

Questão 27

De acordo com a Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) n.º 1/1997, que disciplina a celebração de convênios de natureza financeira cujo objeto seja a execução de projetos ou realização de eventos, a transferência de capital derivada da lei orçamentária que se destina a atender a ônus ou encargo assumido pela União e que somente é concedida a entidade sem finalidade lucrativa é denominada

- A movimentação de crédito.
- B auxílio.
- C subvenção.
- D contribuição.
- E contrapartida.

Questão 28

Entende-se do disposto na Lei n.º 10.520/2002 que, no pregão, a equipe de apoio

- A deve ser integrada por servidores ocupantes de cargo efetivo que possuam treinamento específico.
- B pode ser integrada por servidores pertencentes ao quadro permanente de órgão que não seja o promotor do evento.
- C deve ser integrada por servidores ocupantes de cargo efetivo pertencentes ao quadro do órgão promotor do evento.
- D é de livre escolha pela autoridade competente e deve ser composta por servidores ocupantes de cargo efetivo que possuam treinamento específico.
- E pode ser integrada por qualquer servidor público que possua treinamento específico.

Questão 29

No que se refere aos critérios de julgamento e às modalidades de licitação adotados no procedimento para o registro de preços, conforme o Decreto n.º 11.462/2023, julgue os itens seguintes.

- I É adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- II Quando for demonstrada a inviabilidade de adjudicação por item e evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, poderá ser adotado o critério de julgamento de técnica e preço.
- III O processo licitatório para registro de preços deve ser realizado na modalidade concorrência ou pregão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 30

De acordo com a Lei n.º 12.462/2011, que institui o regime diferenciado de contratações públicas, a contratação da execução de uma obra por preço certo e total caracteriza a

- A contratação integrada.
- B empreitada por preço unitário.
- C empreitada por preço global.
- D empreitada integral.
- E contratação por tarefa.

CONTABILIDADE**Questão 31**

Considere os seguintes fatos administrativos:

- I aquisição de mercadorias a prazo;
- II recebimento de parcelas das contas a receber de clientes;
- III constituição de reservas de lucro;
- IV depreciação de itens do ativo imobilizado;
- V rendimentos de aplicações financeiras.

Classificam-se como permutativos apenas os fatos administrativos indicados nos itens

- A I e II.
- B I, II e III.
- C II, IV e V.
- D III, IV e V.
- E I, III, IV e V.

Questão 32

Assinale a opção em que todas as rubricas contábeis apresentadas representam elementos patrimoniais classificáveis no ativo no balanço patrimonial.

- A adiantamentos a fornecedores, reservas de capital, aplicações financeiras, ações de outras empresas e estoques
- B despesas antecipadas, provisões para pagamentos a efetuar, depósitos bancários, ações em tesouraria e direitos de uso
- C obras em andamento, empréstimos a sócios, ajustes de avaliação patrimonial, marcas e material de consumo
- D reservas de lucros, adiantamentos de clientes, impostos a recuperar, títulos públicos e patentes
- E despesas antecipadas, adiantamentos a fornecedores, ações de outras empresas, empréstimos a sócios e aplicações financeiras

Questão 33

Ao reavaliar o risco de crédito da sua carteira de duplicatas a receber, determinada companhia constatou que o valor estimado das perdas relacionadas a créditos de liquidação duvidosa apresentava-se superior ao montante que já tinha sido reconhecido contabilmente pela entidade até então.

Nessa situação hipotética, para a adequação das demonstrações contábeis da entidade à nova estimativa de perdas associadas a créditos de liquidação duvidosa, deve ser feito registro a débito

- A de uma conta de despesa e a crédito de uma conta retificadora de duplicatas a receber.
- B de uma conta de despesa e a crédito da conta duplicatas a receber.
- C da conta ajustes de avaliação patrimonial e a crédito de uma conta retificadora de duplicatas a receber.
- D de uma conta de despesa e a crédito de uma conta do passivo.
- E da conta duplicatas a receber e a crédito de uma conta de despesa.

Questão 34

Assinale a opção em que é indicado o componente da demonstração do resultado do exercício de uma empresa comercial cujo montante deve ser deduzido das receitas líquidas para que se obtenha o valor do lucro bruto do período.

- A custo das mercadorias vendidas
- B despesas com as vendas
- C impostos incidentes sobre as vendas
- D despesas operacionais
- E descontos comerciais e abatimentos concedidos

Questão 35

As dotações orçamentárias destinadas à constituição de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro devem ser classificadas pelos entes da Federação como

- A inversões financeiras.
- B investimentos.
- C transferências de capital.
- D transferências correntes.
- E subvenções econômicas.

Questão 36

Os serviços da dívida a pagar decorrentes de operações de crédito contraídas pelos entes da Federação devem ser contemplados no cálculo

- A da dívida ativa.
- B da dívida flutuante.
- C do passivo permanente.
- D da dívida pública mobiliária.
- E da dívida fundada.

Questão 37

Quando o contribuinte efetua o pagamento do tributo devido em uma instituição financeira autorizada pelo ente da Federação, cumpre-se a etapa da receita orçamentária denominada

- A liquidação.
- B recolhimento.
- C amortização.
- D arrecadação.
- E lançamento.

Questão 38

No caso dos entes da Federação, os grupamentos de contas denominados ativo compensado e passivo compensado devem ser apresentados

- A** no balanço financeiro.
- B** na demonstração da dívida interna fundada.
- C** no balanço orçamentário.
- D** na demonstração das variações patrimoniais.
- E** no balanço patrimonial.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**Questão 39**

No que concerne às fontes do direito internacional público, assinale a opção correta.

- A** O Estatuto da Corte Internacional de Justiça prevê um rol taxativo de fontes do direito internacional público, formado pelos tratados, pelo costume internacional, pelos princípios gerais de direito, pela jurisprudência e pela doutrina.
- B** O costume internacional, como fonte do direito internacional público, depende de uma prática generalizada e de aceitação unânime dos Estados-membros da sociedade internacional.
- C** Os princípios gerais de direito, tratados como fonte do direito internacional público, são aqueles reconhecidos por um número suficiente de ordenamentos jurídicos internos e que possuem aplicabilidade à ordem internacional, a despeito de não necessariamente ser adotados por todos os Estados-membros da sociedade internacional.
- D** Os órgãos das Nações Unidas exprimem manifestações de cunho mandatário, cabendo aos membros das Nações Unidas, em razão de previsão expressa no seu tratado constitutivo, acatar e fielmente executar aquelas proposições.
- E** Para serem reconhecidos como fonte do direito internacional público, os atos unilaterais dos Estados devem ser dotados de normatividade, expressando a vontade dos entes que o emanam de que aquela manifestação produza efeitos jurídicos na ordem internacional.

Questão 40

Em relação à responsabilidade da pessoa jurídica de direito internacional público, assinale a opção correta.

- A** O fato de ato internacionalmente ilícito ser considerado lícito no ordenamento jurídico interno de Estado que o praticou pode ser objeto de escusa desse Estado para evitar a configuração da sua responsabilidade internacional.
- B** A ação hostil de particulares, em seu território nacional, contra estrangeiros enseja a responsabilidade internacional do Estado dos agressores, ainda que estes não ajam em nome do ente nacional, quando houver falha deste no cumprimento dos deveres de prevenção e repressão ao ilícito.
- C** O Estado que proíbe o funcionamento de indústrias poluentes em seu território, ocasionando danos econômicos a investimentos de pessoas jurídicas estrangeiras, é passível de responsabilização internacional por tal ato, dada a presença dos elementos caracterizadores desse tipo de responsabilidade.
- D** O silêncio do ente lesado durante longo lapso temporal após a prática do ato ilícito pelo Estado infrator não implica consentimento válido daquele com a conduta perpetrada, sujeitando-se o Estado faltoso ao regime da responsabilidade internacional.
- E** A responsabilidade internacional do Estado será excluída por ocasião de estado de necessidade, isto é, quando o ente nacional praticar ato ilícito em razão de evento externo imprevisível, ficando, assim, impedido de cumprir obrigações anteriormente assumidas.

Questão 41

No que diz respeito aos agentes diplomáticos no contexto das relações diplomáticas entre Estados, assinale a opção correta.

- A** Nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, o Estado acreditado deve fornecer ao Estado acreditante as razões de eventual negativa do aceite do representante diplomático por este escolhido.
- B** A imunidade penal do pessoal da missão diplomática que possuir residência permanente no Estado acreditado é absoluta, salvo renúncia tácita ou expressa a essa imunidade pelo Estado de origem, caso em que o julgamento de agente diplomático por eventual cometimento de crime poderá ser realizado no Estado acreditado.
- C** A imunidade dos agentes diplomáticos à jurisdição civil e tributária do Estado acreditado abrange os tributos diretos dos bens e serviços destinados ao uso oficial e pessoal da missão, bem como de seus funcionários, além das ações sucessórias em que o agente diplomático se envolver, a título privado, como legatário.
- D** A imunidade penal do pessoal da missão diplomática impede que a polícia do Estado acreditado investigue eventual crime praticado em seu território por agente diplomático, uma vez que todos os atos de persecução penal devem ser praticados no país de origem dele.
- E** A residência particular do agente diplomático, seus documentos e sua correspondência oficial gozam da mesma inviolabilidade conferida aos locais de missão e aos locais residenciais utilizados pelo quadro administrativo e técnico da missão diplomática.

Questão 42

A solução pacífica de controvérsia internacional que se opera por meio da ação amistosa de um terceiro, a qual se limita a aproximar os contendores, proporcionando-lhes um campo neutro de negociação para a resolução do conflito, é chamada de

- A** sistema de consultas.
- B** negociação direta.
- C** bons ofícios.
- D** mediação.
- E** conciliação.

Questão 43

De acordo com a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e seu respectivo Protocolo (1967), os refugiados têm direito

- A** ao mesmo tratamento assegurado aos nacionais do território de sua residência habitual, no que concerne ao acesso aos tribunais, inclusive a assistência judiciária.
- B** a tratamento idêntico ao conferido aos nacionais do território de sua residência habitual, no que concerne aos ensinos primário, médio e superior.
- C** de não serem expulsos de forma alguma do território onde estejam regularmente, ainda que por motivo de ordem pública.
- D** a tratamento mais favorável que o dado, nas mesmas circunstâncias, aos nacionais do país de sua residência habitual, no que concerne ao exercício de uma atividade profissional assalariada.
- E** a tratamento mais favorável que o dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros, no que concerne à previdência social.

Questão 44

A respeito do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, assinale a opção correta.

- A** No caso *Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde versus Brasil*, a Corte Interamericana de Direitos Humanos propôs um conceito de escravidão definido a partir da aferição do estado ou da condição de um indivíduo, independentemente da presença de documentação formal que atrele a propriedade de um ser humano a outro, e do exercício de atributos da propriedade pelo escravizador, com o fim de restringir a liberdade individual da vítima em situação de vulnerabilidade.
- B** A Corte Interamericana de Direitos Humanos não reconhece a sua competência contenciosa para julgar violações a direitos humanos, como assassinatos não desvendados ou desaparecimentos forçados, ocorridos em Estados-partes da Convenção Americana de Direitos Humanos antes da adesão destes à jurisdição daquele tribunal internacional.
- C** Havendo sistemáticas violações de direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos deve substituir a jurisdição interna do Estado demandado para impor medidas específicas de investigação e julgamento em um caso concreto, com o fim de obter resultado melhor ou mais eficaz.
- D** Excepcionalmente, e somente na pendência da tramitação de caso perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, esta poderá solicitar que um Estado adote medidas cautelares para prevenir danos irreparáveis a pessoas que se encontrem sob a sua jurisdição.
- E** Não é possível que ente subnacional integrante de Estado-parte constituído sob a forma federativa participe de negociações internacionais para a resolução amistosa de conflito junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 45

Em relação às organizações internacionais, assinale a opção correta.

- A** A personalidade jurídica internacional derivada atribuída às organizações internacionais, a qual não se confunde com a dos seus membros, confere àqueles organismos o poder imediato para celebrar tratados.
- B** Diferentemente dos Estados estrangeiros, as organizações internacionais gozam de imunidade absoluta de jurisdição, em especial a trabalhista, quando amparadas por norma internacional incorporada ao ordenamento jurídico pátrio.
- C** Não é admissível o ingresso de uma organização internacional em outra organização internacional.
- D** A receita de toda organização internacional, a exemplo da Organização das Nações Unidas, resulta da cotização paritária dos seus Estados-membros.
- E** O estatuto jurídico que rege a atuação do pessoal da missão permanente do Estado-membro que integra a organização internacional é idêntico ao estatuto jurídico do pessoal diplomático dessa organização.

Questão 46

As normas imperativas (*jus cogens*)

- A** são derogáveis pelo exercício da autonomia privada dos entes internacionais.
- B** prescindem do reconhecimento da comunidade internacional dos Estados como um todo.
- C** prevalecem sobre tratados que lhes sejam anteriores e posteriores.
- D** somente podem ser modificadas por norma internacional posterior de qualquer natureza, à luz do critério cronológico de solução de antinomias.
- E** resultam, quando descumpridas por outra norma de direito internacional público, na suspensão da eficácia da norma internacional não imperativa.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**Questão 47**

Acerca da administração pública, das entidades paraestatais e do terceiro setor, assinale a opção correta.

- A** O Sistema S é uma entidade paraestatal do tipo organização da sociedade civil de interesse público.
- B** As pessoas jurídicas de direito privado qualificadas como organizações sociais podem apresentar finalidade lucrativa, desde que obrigatoriamente invistam seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades.
- C** Os chamados contratos de gestão são ferramentas importantes na relação entre o Estado e as organizações sociais.
- D** As organizações da sociedade civil de interesse público recebem incentivos do poder público e podem ser cedidos a elas servidores e bens públicos.
- E** Os serviços sociais autônomos são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que integram a administração pública.

Questão 48

Segundo o princípio de conveniência e oportunidade, ao conceder ao servidor licença para tratar de interesses particulares o gestor age conforme o poder

- A** discricionário.
- B** regulamentar concomitante com o disciplinar.
- C** regulamentar.
- D** disciplinar.
- E** hierárquico concomitante com o disciplinar.

Questão 49

Em relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis da União, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.112/1990.

- A** Os cargos públicos devem ser criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelo erário, para provimento exclusivo em caráter efetivo.
- B** Os requisitos para investidura em cargo público incluem gozo dos direitos políticos, idade mínima de dezesseis anos e aptidão física e mental.
- C** A acumulação de cargos somente é possível mediante a comprovação da compatibilidade de horários.
- D** O servidor público estável somente poderá perder o cargo em virtude de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- E** É proibido ao servidor público atribuir a outro servidor funções estranhas ao cargo que ocupa, ainda que em situações de emergência e transitórias.

Questão 50

Três servidores públicos têm seu foco de atuação nas seguintes averiguações:

- I o ingresso e a saída de valores de contas públicas;
- II a execução das atividades administrativas rotineiras; e
- III o controle de bens móveis e imóveis.

Nessa situação hipotética, os itens I, II e III são objeto, respectivamente, das fiscalizações

- A** contábil, financeira e patrimonial.
- B** contábil, financeira e operacional.
- C** orçamentária, financeira e patrimonial.
- D** financeira, operacional e patrimonial.
- E** orçamentária, contábil e operacional.

Questão 51

Antônio, Carlos e João, servidores públicos, cometeram atos de improbidade administrativa: Antônio doou a uma pessoa física bens móveis do órgão em que trabalha, sem a observância das formalidades legais e regulamentares; Carlos negou publicidade a atos oficiais do órgão onde está lotado, sem motivação específica; e João transportou materiais de construção, que seriam utilizados na reforma de sua residência, em um caminhão pertencente ao órgão onde exerce atribuições.

De acordo com o disposto na Lei n.º 8.429/1992 a respeito dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que, na situação hipotética apresentada,

- A** o ato de improbidade cometido por Antônio causa prejuízo ao erário, o cometido por Carlos atenta contra os princípios da administração pública e o cometido por João importa enriquecimento ilícito.
- B** o ato de improbidade cometido por Antônio importa enriquecimento ilícito, o cometido por Carlos causa prejuízo ao erário e o cometido por João atenta contra os princípios da administração pública.
- C** o ato de improbidade cometido por Antônio importa enriquecimento ilícito, o cometido por Carlos atenta contra os princípios da administração pública e o cometido por João causa prejuízo ao erário.
- D** o ato de improbidade cometido por Antônio atenta contra os princípios da administração pública, o cometido por Carlos importa enriquecimento ilícito e o cometido por João causa prejuízo ao erário.
- E** o ato de improbidade cometido por Antônio causa prejuízo ao erário, o cometido por Carlos importa enriquecimento ilícito e o cometido por João atenta contra os princípios da administração pública.

Questão 52

Considere que determinado cidadão tenha tido acesso negado à informação solicitada a um órgão público. Diante da primeira negativa de acesso à informação pelo aludido órgão, o requerente pode recorrer no prazo de

- A** 10 dias a contar da sua ciência, com recurso à CGU, que tem 10 dias para se manifestar.
- B** 5 dias a contar da sua ciência, com recurso à autoridade hierarquicamente superior ao servidor responsável pela elaboração da resposta inicial, que tem 5 dias para se manifestar.
- C** 10 dias a contar da sua ciência, com recurso à autoridade máxima do órgão, que tem 10 dias para se manifestar.
- D** 15 dias a contar da sua ciência, com recurso à autoridade hierarquicamente superior ao servidor responsável pela elaboração da resposta inicial, que tem 5 dias para se manifestar.
- E** 10 dias a contar da sua ciência, com recurso à autoridade hierarquicamente superior ao servidor responsável pela elaboração da resposta inicial, que tem 5 dias para se manifestar.

Questão 53

Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (Lei n.º 13.709/2018), o princípio utilizado nas atividades de tratamento de dados pessoais pelo qual se garantem aos titulares informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial, é denominado

- A** livre acesso.
- B** finalidade.
- C** transparência.
- D** adequação.
- E** necessidade.

Questão 54

Na atuação em um processo administrativo, determinado servidor público federal cuidou para esclarecer a verdade sobre os fatos, buscando novas provas, além das constantes do processo. Ademais, impeliu o processo independentemente da provocação do interessado.

Nessa situação hipotética, no contexto do processo administrativo federal, pode-se afirmar que o aludido servidor valeu-se, respectivamente, dos princípios legais denominados

- A** verdade material e informalismo.
- B** informalismo e oficialidade.
- C** informalismo e verdade material.
- D** oficialidade e verdade material.
- E** verdade material e oficialidade.

INFORMÁTICA

Questão 55

No Windows 11, a opção Restaurar PC, que pode ser encontrada por meio da sequência de comandos Iniciar > Configurações > Sistema > Recuperação, permite que o usuário

- A) gerencie o recurso Restaurar seu OneDrive para desfazer todas as ações feitas em arquivos e pastas nos últimos trinta dias.
- B) remova aplicativos instalados no Windows.
- C) configure o *backup* do Windows para salvar os arquivos no OneDrive, a nuvem da Microsoft.
- D) obtenha dados do estado atual do *backup* do Windows, para verificar se ele está em andamento ou finalizado.
- E) restaure o *backup* do Windows criado previamente, nele incluídos arquivos e aplicativos do usuário e as configurações do Windows.

Questão 56

No Microsoft SharePoint 2019, é possível

- A) criptografar pastas compartilhadas no dispositivo do usuário antes de efetivamente disponibilizar o acesso para outros usuários.
- B) criar aplicativos compartilhados por meio de ambiente de desenvolvimento rápido de aplicativos personalizados conforme as necessidades de negócios do usuário.
- C) criptografar unidades de disco rígido inteiras, incluindo-se unidades de dados e do sistema, para que os dados possam ser compartilhados na rede.
- D) criar um sítio de equipe do SharePoint que permita conectar o usuário e sua equipe a conteúdos e recursos compartilhados ou, ainda, gerenciar listas de informações.
- E) verificar arquivos compartilhados, de modo a detectar e corrigir ameaças antes que os dados sejam compartilhados na rede e acessados pelos usuários.

Questão 57

Uma rede privada virtual (VPN) caracteriza-se por permitir ao usuário

- A) restringir o tráfego da Internet para uma rede privada, de modo que ele possa ou não acessar determinados *sites* na Internet.
- B) ocultar seu endereço IP bem como enviar e receber informações *online* que só podem ser vistas por ele e seu provedor VPN.
- C) criptografar os dados trafegados entre o seu dispositivo e seu provedor de Internet, desde que esse dispositivo não seja um *smartphone*, que é incompatível com VPN.
- D) monitorar o tráfego de entrada e saída da rede, autorizando ou bloqueando tráfegos específicos.
- E) utilizar a VPN como um *software* antivírus abrangente, pois os arquivos são criptografados durante a transmissão dos dados.

Questão 58

A Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD) é aplicada, entre outras hipóteses, ao tratamento de dados pessoais realizado

- I para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- II por pessoa jurídica de direito público com o objetivo de oferta ou o fornecimento de bens ou serviços.
- III no território nacional por pessoa jurídica de direito privado.
- IV por pessoa natural para fins particulares e econômicos.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 59

No que diz respeito a princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública à luz da Lei n.º 14.129/2021, julgue os seguintes itens.

- I Os princípios e as diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública incluem a disponibilização, em plataforma única, do acesso a informações e a serviços públicos, observadas as restrições legalmente previstas e sem prejuízo da prestação de caráter presencial, quando indispensável.
- II Os atos processuais são válidos em meio digital, mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança.
- III O acesso à prestação digital de serviços públicos deve ser realizado, preferencialmente, por meio digital, sem necessidade de mediação humana.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

Questão 60

Com base na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a opção correta.

- A) O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta é de vinte e cinco anos, a partir da data de sua produção.
- B) Em que pese o dever do Estado de controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos, o acesso à informação classificada como sigilosa dispensa aquele que a obteve da obrigação de resguardar o sigilo.
- C) Qualquer interessado pode apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e às entidades públicas, desde que atenda à exigência de explicar os motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- D) A classificação da informação em qualquer grau de sigilo prescinde de decisão que a formalize, desde que seja realizada por autoridade competente, vedada a subdelegação de responsabilidade da classificação.
- E) Diferentemente dos órgãos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo, o Poder Judiciário e as cortes de contas não se subordinam ao regime da Lei de Acesso à Informação, por possuírem legislação própria definida pelo seu órgão máximo.